

WJR Auditores Independentes

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores e Conselheiros da
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO – CBDG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo – CBDG, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

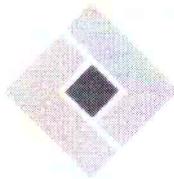
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo – CBDG, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme descrito na nota explicativa Nº 4, a Confederação apresentava o saldo de adiantamentos no valor de R\$ 98.000, concedido durante o exercício de 2010 pela Confederação à Associação Brasileira de Hóquei no Gelo, para manutenção dessa Associação. Não nos foi possível evidenciar a realização desse ativo, nos limitando quanto à expectativa de recebimento desses recursos pela Confederação.

A Confederação não possui controle individualizado dos bens registrados nos ativos imobilizado e intangível. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos de tais bens e, conseqüentemente, não foi praticável determinar a razoabilidade do valor da despesa de depreciação e amortização que foi reconhecida no resultado do exercício.

A Confederação apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 123.059 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 217.446 em 31 de dezembro de 2015). Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2, as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. A Confederação não tem gerado recursos financeiros próprios para a manutenção das suas atividades operacionais.



WJR Auditores Independentes

Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

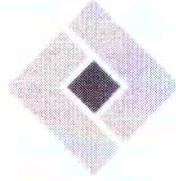
A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, porém em razão da não exigência por parte do órgão regulador da entidade, este relatório não é elaborado e consequentemente, não acompanha as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



WJR Auditores Independentes

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

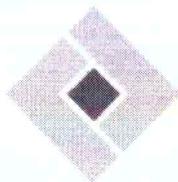
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Exceto quanto aos assuntos tratados nos parágrafos de base para opinião com ressalvas, avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



WJR Auditores Independentes

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2016, com as seguintes modificações: Adiantamento concedido pela Confederação à Associação Brasileira de Hóquei no Gelo; Ausência de Controle individualizado dos bens registrados nos ativos imobilizados e intangível; Capital Circulante Líquido Negativo e Passivo a Descoberto.

Em conexão com nossos trabalhos, examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo – CBDG para o exercício findo em 31/12/2016 e identificamos que a Confederação reverteu a respectiva situação, demonstrando um patrimônio líquido positivo no montante de R\$ 93.438,91 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 193.706 a Descoberto em 31 de dezembro de 2015)

São Paulo, 25 de abril de 2017.

WJR AUDITORES INDEPENDENTES EPP
CRC – 2SP 032.293/O-1

WILSON RAMOS SOUZA JUNIOR
CRC – 1SP 286.020/O-9
CNAI – REGISTRO 3980.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(em reais, centavos omitidos)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit/ Déficit acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	98.045	(272.577)	(174.532)
Déficit do exercício	-	(15.308)	(15.308)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>98.045</u>	<u>(287.885)</u>	<u>(189.840)</u>
Déficit do exercício	-	(3.866)	(3.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>98.045</u>	<u>(291.751)</u>	<u>(193.706)</u>
Superávit do exercício	-	287.732	287.732
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>98.045</u>	<u>(4.018)</u>	<u>93.044</u>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

(Em reais, centavos omitidos)

RECEITAS	2016	2015
Receita – Lei Piva	2.409.027	2.345.109
Receita – Recursos Próprios	150.685	45.612
	<u>2.559.712</u>	<u>2.390.721</u>
DESPESAS		
Administrativas	(1.695.564)	(1.952.471)
Com Pessoal	(509.751)	(431.758)
Depreciação	(59.602)	(7.057)
Despesas Financeiras	(7.062)	(3.301)
	<u>(2.271.980)</u>	<u>(2.394.587)</u>
RESULTADO	287.732	(3.866)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa	318.791	302.536	Obrigações Fiscais	416	14.181
Créditos	100.440	98.000	Obrigações Trabalhistas	29.686	27.248
	<u>419.231</u>	<u>400.536</u>	Obrigações Sociais	19.424	-
			Outros Débitos	257.124	253.524
			Outras Contas a pagar – COB	235.639	232.029
				<u>542.291</u>	<u>617.982</u>
NÃO CIRCULANTE			PATROMONIO LÍQUIDO		
Imobilizado	213.064	20.306	Patrimônio Social	98.045	98.045
Intangível	3.434	3.434	Déficits Acumulados	(4.018)	(291.751)
	<u>216.498</u>	<u>23.740</u>		<u>93.438</u>	<u>(193.706)</u>
TOTAL DO ATIVO	635.729	424.276	TOTAL DO PASSIVO	635.729	424.276

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2016

(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, designada pela sigla CBDG, sucessora da Associação Brasileira de Bobsled, Skeleton e Luge (ABBSL), filiada à Federação Internacional de Bobsled e Skeleton (FIBT), à Federação Internacional de Luge (FIL), à Federação Internacional de Patinação no Gelo (ISU), à Federação Internacional de Hóquei no Gelo (IIHF), à Federação Internacional de Curling (WCF), à Federação de Mushing (IFSS) e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma sociedade civil de direito privado, e de caráter desportivo, de fins não econômicos. Foi fundada no estado do Rio de Janeiro em 11 de fevereiro de 1996 e está sediada desde 2013 no estado do Rio Grande do Sul, contituída pelos membros afiliados que pratiquem ou venham a praticar, no território brasileiro, as modalidades desportivas de inverso, e suas respectivas modalidades paralímpicas.

A CBDG, dentro da sua finalidade desportivas, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todos os níveis, a prática das modalidades esportivas de inverno praticadas no gelo inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentações das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros.

2.2 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em Continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade apresenta um déficit acumulado de R\$ 4.018,22 e não tem gerado recursos financeiros próprios para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade

está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação.

2.3 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas pelos recursos mantidos em espécie pela Entidade na Caixa Econômica Federal (Conta de recursos privados e Conta exclusiva de recursos do Comitê Olímpico Brasileiro).

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base de resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Taxa de depreciação a.a</u>
Móveis e Utensílios	10 anos	10%
Computadores e Periféricos	05 anos	20%
Equipamentos de Informática	05 anos	20%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10 anos	10%
Equipamentos Esportivos	05 anos	20%

d. Passivo circulante

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A entidade está isenta d pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Caixa e equivalentes a caixa

Descrição de Contas	2016
Caixa	R\$ 944
Banco conta movimento	R\$ 104.734
Banco conta movimento - CEF exclusiva	R\$ 118
Aplicações Financeiras	R\$ 212.995
Total	R\$ 318.791

4. Adiantamentos

Assim demonstrado em 31 de dezembro:

Associação Brasileira de Hóquei no Gelo R\$ 98.000,00

Refere-se ao adiantamento concedido pela Entidade durante o exercício de 2010, para a Associação Brasileira de Hóquei no Gelo, para manutenção dessa Associação.

5. Outros débitos a pagar

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2016
Carlos Henrique Dapoza Alvarez	R\$ 250.000
Emilio de Sousa Strapasson	R\$ 3.372
Matheus Bacelo de Figueiredo	R\$ 152
Rimar Assessoria Contábil e Tributária Ltda	R\$ 3.600
Total	R\$ 257.124

6. Outras contas a pagar - COB

Durante o exercício de 2016, a Confederação recebeu adiantamentos do COB, no montante de R\$ 2.885.486, através de recursos da lei Agnelo/Piva. O montante de R\$ 2.972.875 foi utilizado nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 235.639, que serão devolvidos ao COB ou aplicados em projetos até o próximo exercício.

7. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Entidade é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes à Entidade.

8. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do despacho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

A Entidade tem ações de natureza Cíveis, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

9. Seguros

A Administração da Entidade optou por não realizar a contratação de seguros para cobertura de eventuais perdas que possam surgir com relação aos principais bens do ativo imobilizado, por julgar que os saldos estejam pulverizados em diversos itens de pequeno valor.

10. Subvenções e assistências governamentais

Durante o exercício de 2016, a Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, recebeu recursos financeiros do Comitê Olímpico Brasileiro para aplicação nas suas finalidades institucionais, que têm como objetivo a prática das modalidades esportivas de inverno praticadas no gelo, em conformidade com seu estatuto social.

11. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração aos dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração para a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.